

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



GMAC ADMINISTRADORA
DE CONSÓRCIO LTDA.

SEMESTRE FINDO EM
30 DE JUNHO DE 2026

Índice

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	3
RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA	4
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	5
BALANÇOS PATRIMONIAIS	8
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO	9
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE	10
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	11
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	12
DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS RECURSOS DE CONSÓRCIOS	13
DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DAS VARIAÇÕES NAS DISPONIBILIDADES DOS GRUPOS DE CONSÓRCIOS	14
1. CONTEXTO OPERACIONAL.....	15
2. ELABORAÇÃO E PUBLICAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	15
3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS	16
4. DISPONIBILIDADES	20
5. INSTRUMENTOS FINANCEIROS – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	21
6. OUTROS ATIVOS E ATIVO FISCAL DIFERIDO.....	21
7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL.....	22
8. OUTRAS OBRIGAÇÕES DIVERSAS	25
9. OBRIGAÇÕES FISCAIS CORRENTES E DIFERIDAS	25
10. PROVISÕES PARA RISCOS CÍVEIS, TRABALHISTAS E OBRIGAÇÕES LEGAIS.....	25
11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	27
12. RENDAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO.....	28
13. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS	28
14. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	28
15. DESPESAS COM PROVISÕES E OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS.....	29
16. DESPESAS TRIBUTÁRIAS	29
17. PARTES RELACIONADAS	29
18. GERENCIAMENTO DE RISCO	30
19. OUTROS ASSUNTOS.....	32
20. EVENTOS SUBSEQUENTES	33

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores cotistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. o Balanço Patrimonial em 30 de junho de 2026 e as respectivas Demonstrações do Resultado, dos Resultados Abrangentes, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa relativos ao semestre findo em 30 de junho de 2026, da GMAC Administradora de Consórcios Ltda., e as Demonstrações Consolidadas dos grupos de consórcios em 30 de junho de 2026 e as respectivas Demonstrações Consolidadas das Variações das Disponibilidades dos Grupos de Consórcios relativos ao semestre findo em 30 de junho de 2026, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

São Paulo, 24 de agosto de 2026.

A Administração

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

Em atendimento ao disposto no Art. 15º, da Resolução BCB nº 130/2021, divulgamos o resumo do relatório semestral do Comitê de Auditoria, juntamente com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do conglomerado econômico-financeiro da GM Financial Brasil, composto por Banco GM S.A. e GMAC Administradora de Consórcios Ltda.

O período de referência do documento é o semestre findo em 30 de junho de 2026.

O Comitê de Auditoria foi instalado em 18 de fevereiro de 2011 por deliberação da Assembleia Geral dos Acionistas do Banco GM S.A. e atua como órgão único para a GM Financial Brasil.

As reuniões do Comitê de Auditoria com a auditoria independente, com a auditoria interna e com a Diretoria da instituição ocorreram em 20 de março de 2026 e em 24 de agosto de 2026, tendo o conteúdo de tais encontro sido devidamente formalizado em atas.

Na reunião de 24 de agosto de 2026, o Comitê de Auditoria avaliou as demonstrações financeiras e contábeis da data-base de 30 de junho de 2026 sem que se tenham registrado observações relevantes em relação a esses documentos.

Na ocasião, o Comitê de Auditoria também assumiu a responsabilidade pela avaliação dos seguintes documentos:

- Relatório semestral qualitativo e quantitativo referente a atividades desenvolvidas pela Ouvidoria (data-base 30 de junho de 2026), conforme determinações da Resolução CMN nº 4.860/2020 e da Resolução BCB nº 28/2020;

Em termos de efetividade da auditoria independente e da auditoria interna, o Comitê de Auditoria considera que os trabalhos foram desempenhados de maneira satisfatória, estando adequados à complexidade e ao porte da instituição.

Ao longo do primeiro semestre de 2026, o Comitê de Auditoria acompanhou a condução dos trabalhos realizados pela auditoria interna, que cumpriu o plano estabelecido para o semestre. A avaliação resultou positiva em termos de cobertura e de qualidade.

As recomendações feitas pelos auditores internos foram integralmente atendidas por meio de proposição de planos de ação corretivos, com designação de responsáveis pelas implementações e datas de conclusão esperadas.

Não houve, portanto, recomendação que não tenha sido acatada no período.

Não há razões que nos levem a crer que a Diretoria adotará postura distinta em relação às eventuais recomendações que podem resultar dos trabalhos da auditoria independente a serem brevemente informadas à Diretoria para conhecimento e ação.

Por fim, os trabalhos da auditoria independente e da auditoria interna não trouxeram ao conhecimento do Comitê de Auditoria a existência de riscos residuais que pudessem afetar a solidez e a continuidade da Chevrolet Serviços Financeiros.

Ao longo do primeiro semestre de 2026, não se identificaram instâncias que potencialmente afetassem a objetividade e a independência das atuações das equipes de auditoria.

No que se refere à avaliação da qualidade das demonstrações financeiras, o Comitê de Auditoria entendeu que os controles e procedimentos aplicados são eficazes e conferem transparência e confiabilidade às demonstrações financeiras da Chevrolet Serviços Financeiros, aprovando, sem ressalvas, as demonstrações financeiras do Banco GM S.A. e da GMAC Administradora de Consórcios Ltda. referentes à data-base de 30 de junho de 2026.

São Paulo, 24 de agosto de 2026.



São Paulo Corporate Towers
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909
Vila Nova Conceição
04543-011 - São Paulo - SP - Brasil

Tel: +55 11 2573-3000
ey.com.br

**Shape the future
with confidence**

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Administradores e Cotistas da
GMAC Administradora de Consórcios Ltda.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da GMAC Administradora de Consórcios Ltda. (“Administradora”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como a demonstração consolidada dos recursos de consórcio levantada em 30 de junho de 2026 e a respectiva demonstração consolidada das variações nas disponibilidades de grupos de consórcio para o semestre findo nesta data, assim como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da GMAC Administradora de Consórcios Ltda. em 30 de junho de 2026, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como a demonstração consolidada dos recursos de consórcios levantada em 30 de junho de 2026 e a respectiva demonstração consolidada das variações nas disponibilidades de grupos de consórcio para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação a Administradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Administradora é responsável por essas e outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Se, com base no trabalho realizado, concluimos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



**Shape the future
with confidence**

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade da Administradora de continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Administradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Administradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Administradora.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Administradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Administradora a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



**Shape the future
with confidence**

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 25 de agosto de 2026.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-034519/O

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'HFM', is written over the text of the auditor's name and registration number.

Henrique Furtado Maduro
Contador CRC-1SP 291892/O

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)

ATIVO	Nota	Jun/2026	Dez/2025	PASSIVO	Nota	Jun/2026	Dez/2025
CIRCULANTE		797.450	680.536	CIRCULANTE		180.916	165.797
Disponibilidades	4	69	84	Outras Obrigações		180.916	165.797
Depósitos bancários		69	84	Obrigações Fiscais Correntes	9	59.551	59.537
Instrumentos Financeiros	5	254.904	333.125	Diversas	8	92.276	84.710
Títulos e Valores Mobiliários		254.904	333.125	Rendas a apropriar taxa de administração	8	29.089	21.550
Outros Ativos	6	542.477	347.327	NÃO CIRCULANTE		221.461	170.774
Ativo Fiscal Corrente	6a	220.028	39.997	Provisões	10	22.474	20.400
Despesas Antecipadas		322.449	306.964	Outras Obrigações		197.836	149.275
Diversos		-	366	Recursos Não Procurados	8	1	2.422
				Rendas a apropriar taxa de administração	8	197.835	146.853
NÃO CIRCULANTE		664.415	520.214	Obrigações Fiscais Diferidas	9	1.151	1.099
Instrumentos Financeiros	5	359.412	279.542	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.059.488	864.179
Títulos e Valores Mobiliários		359.412	279.542	Capital Social	11	313.132	313.132
Outros Ativos	6	271.789	211.052	De Domiciliados no País		313.132	313.132
Despesas Antecipadas		263.918	204.013	Reserva de Lucros		746.356	551.047
Diversos		7.871	7.039				
Ativo Fiscal Diferido	6	33.214	29.620				
TOTAL DO ATIVO		1.461.865	1.200.750	TOTAL DO PASSIVO		1.461.865	1.200.750

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025

(Em milhares de reais, exceto o resultado líquido por cota)

	Nota	Jun/2026	Jun/2025
RESULTADO DE CONTRATOS COM CLIENTES		66.335	84.097
Rendas de Prestação de serviço	12	155.022	141.912
Despesas com comissão	13	(67.384)	(39.099)
Despesas Tributárias	16	(21.303)	(18.716)
RENDAS COM INSTRUMENTOS FINANCEIROS	5	36.565	29.329
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		145.223	(44.180)
Outras Despesas Administrativas	13	(41.794)	(40.324)
Outras Receitas Operacionais	14	190.663	3.717
Despesas com Provisões	15	(3.387)	(7.095)
Outras Despesas Operacionais	15	(259)	(478)
RESULTADO OPERACIONAL		248.123	69.246
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO		248.123	69.246
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	7a	(52.814)	(23.576)
Provisão para Tributos Correntes	7b	(56.356)	(25.935)
Provisão para Tributos Diferidos	7b	(52)	(59)
Ativo Fiscal Diferido	7e	3.594	2.418
RESULTADO LÍQUIDO	11	195.309	45.670
RESULTADO LÍQUIDO POR COTA		0,62	0,15
Total de cotas 313.132.650			

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

Semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025

(Em milhares de reais)

	<u>Jun/2026</u>	<u>Jun/2025</u>
Resultado Líquido do Período	<u>195.309</u>	<u>45.670</u>
RESULTADO ABRANGENTE	<u>195.309</u>	<u>45.670</u>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025

(Em milhares de reais)

	Nota	Capital Social	Reserva de Lucros		Lucros Acumulados	Total
			Legal	Outras		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024		313.132	7.399	435.366	-	755.897
Resultado Líquido do Período		-	-	-	45.670	45.670
Destinação do Lucro:						-
Reserva Legal	11c	-	2.284	-	(2.284)	-
Reservas de Lucro	11c	-	-	43.386	(43.386)	-
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2025		313.132	9.683	478.752	-	801.567
Mutações do Período		-	2.284	43.386	-	45.670
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025		313.132	12.813	538.234	-	864.179
Resultado Líquido do Período		-	-	-	195.309	195.309
Destinação do Lucro:						-
Reserva Legal	11c	-	9.765	-	(9.765)	-
Reservas de Lucro	11c	7-	-	185.544	(185.544)	-
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2026		313.132	22.578	723.778	-	1.059.488
Mutações do Período		-	9.765	185.544	-	195.309

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025

(Em milhares de reais)

	Nota	Jun/2026	Jun/2025
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Resultado Líquido Ajustado		101.266	85.899
Resultado Líquido		195.309	45.670
Provisão para Tributos Correntes	7b	56.356	25.935
Tributos Diferidos	7e	(3.542)	(2.359)
Resultado com Títulos e Valores Mobiliários	5	(36.565)	(29.329)
Provisão para Riscos e Obrigações Legais	10b	3.387	7.095
Atualizações de Depósitos Judiciais em Garantia	14	(215)	(212)
Despesa com Comissão Diferida	13	67.384	39.099
Impostos a Compensar	6a	(180.848)	-
Variação de Ativos e Passivos		(101.281)	(85.863)
Juros de Títulos e Valores Mobiliários Recebidos		6.981	2.879
(Aumento) Redução em Outros Créditos		53.858	67.009
(Aumento) Redução de Despesas Antecipadas		(142.772)	(117.288)
Aumento (Redução) em Outras Obrigações		112.772	89.199
(Aumento) Redução de Títulos e Valores Mobiliários		(78.775)	(90.088)
Imposto de renda e Contribuição Social pagos		(53.345)	(37.574)
Caixa líquido proveniente (aplicado) das atividades operacionais		(15)	36
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE (APLICADO) NAS ATIVIDADES		(15)	36
Caixa e equivalentes de caixa no início dos semestres		84	15
Caixa e equivalentes de caixa no final dos semestres		69	51
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(15)	36

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS RECURSOS DE CONSÓRCIOS

Em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)

ATIVO	Nota	Jun/2026	Dez/2025	PASSIVO	Nota	Jun/2026	Dez/2025
Caixa e Equivalentes de Caixa		374	471	Outras Obrigações		2.034.554	1.944.555
Depósitos Bancários		374	471	Obrigações com Consorciados		772.440	719.975
Aplicações Financeiras		781.813	734.982	Valores a Repassar		41.349	41.145
Títulos e Valores Mobiliários	5	781.813	734.982	Obrigações por Contemplações a Entregar		596.365	538.001
Outros Ativos		1.252.367	1.209.102	Obrigações com a Administradora		64	63
Direitos com Consorciados Contemplados		1.252.367	1.209.102	Recursos a Devolver a Consorciados		373.013	415.233
Normais		1.231.534	1.183.242	Recursos dos Grupos		251.323	230.138
Em Atraso		20.833	25.860				
Compensação		12.558.713	11.310.910	Compensação		12.558.713	11.310.910
Previsão Mensal de Recursos a Receber dos				Recursos Mensais a Receber de Consorciados		97.732	91.357
Consortiados		97.732	91.357	Obrigações do Grupo por Contribuição		6.587.476	5.964.895
Contribuições Devidas ao Grupo		6.587.476	5.964.895	Bens a Contemplar - Valor		5.873.505	5.254.658
Valor dos Bens a Contemplar		5.873.505	5.254.658				
TOTAL DO ATIVO		14.593.267	13.255.465	TOTAL DO PASSIVO		14.593.267	13.255.465

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DAS VARIAÇÕES NAS DISPONIBILIDADES DOS GRUPOS DE CONSÓRCIOS

Semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>Jun/2026</u>	<u>Jun/2025</u>
DISPONIBILIDADES NO INÍCIO DO PERÍODO		735.453	625.648
Depósitos Bancários		471	888
Aplicações Financeiras		734.982	624.760
(+) Recursos Coletados		1.118.792	957.718
Contribuições para Aquisição de Bens		802.517	672.720
Taxa de Administração		183.481	171.440
Contribuições ao Fundo de Reserva		47.529	42.638
Rendimento de Aplicações Financeiras		40.532	33.025
Multas e Juros Moratórios		5.023	4.246
Prêmio de Seguro		24.585	21.043
Reembolso de Despesas de Registro		831	668
Outros		14.294	11.938
(-) Recursos Utilizados		1.071.961	901.342
Aquisição de Bens		689.011	603.691
Taxa de Administração		191.637	179.068
Multas e Juros Moratórios		2.520	2.124
Prêmio de Seguro		25.600	21.912
Devolução a Consorciados Desligados		65.281	25.592
Despesas Registro de Contrato		827	668
Outros		97.085	68.287
DISPONIBILIDADES NO FIM DO PERÍODO		782.187	682.024
Depósitos Bancários		374	-
Aplicações Financeiras	5	781.813	682.024

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025

(Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A GMAC Administradora de Consórcios Ltda. ("Administradora"), situada na Avenida das Nações Unidas nº 12.495 São Paulo – SP, tem como atividade a administração de grupos de consórcio formados para aquisição de veículos, controlada diretamente pelo Banco GM S.A., com sede administrativa no mesmo endereço da Administradora, cujo controle final é detido pela General Motors Company, empresa com ações listadas na bolsa de Nova York e com sede situada em Detroit – Michigan, Estados Unidos.

A Administradora atua na constituição, organização e administração de grupos de consórcio destinados à aquisição de bens ou serviços, promovendo a gestão dos recursos coletivos e a contemplação dos participantes em conformidade com a regulamentação aplicável. Suas funções incluem formar e gerir grupos, administrar recursos financeiros, organizar assembleias, liberar créditos, oferecer suporte e encerrar grupos.

Os recursos recebidos dos grupos de consórcio são utilizados na aquisição de bens, sendo o excedente aplicado no mercado financeiro. As transações relacionadas com as operações dos grupos de consórcio são mantidas em contas específicas de compensação e resumidas por meio das demonstrações consolidadas dos recursos de consórcio e das variações nas disponibilidades dos grupos. Suas operações são conduzidas contando com a participação de empresas ligadas, inclusive quanto à prestação de serviços administrativos de forma centralizada, cujos custos são absorvidos segundo critérios de prática e razoabilidade em virtude do volume de serviços prestados.

2. ELABORAÇÃO E PUBLICAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas para a Administradora e os grupos de consórcios consolidados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, normas consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro – COSIF, incluindo as alterações normatizadas pelo BACEN, que incluem as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09. A aprovação das demonstrações financeiras pela Diretoria ocorreu em 24 de agosto de 2026.

Adicionalmente, a partir de janeiro de 2021, as alterações advindas da Resolução BCB nº 02/20 foram incluídas nas demonstrações financeiras. O objetivo principal dessa norma é trazer similaridade com as diretrizes de apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as normas internacionais de contabilidade, *International Financial Reporting Standards* (IFRS). As principais alterações implementadas foram: as contas do Balanço Patrimonial estão apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade; os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com o do final do período imediatamente anterior; e a inclusão da Demonstração do Resultado Abrangente.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025

(Em milhares de reais)

A Administradora observa os seguintes Pronunciamentos Técnicos CPC:

- i. Pronunciamento Técnico CPC 00 (R2) – Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro – homologado pela Resolução BCB nº 120/21
- ii. Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1) – Redução ao valor recuperável de ativos - homologado pela Resolução BCB nº 120/21;
- iii. Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2) – Demonstrações dos fluxos de caixa - homologado pela Resolução BCB nº 02/20;
- iv. Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1) – Divulgação sobre partes relacionadas - homologado pela Resolução BCB nº 02/20;
- v. Pronunciamento Técnico CPC 23 – Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro – homologado pela Resolução BCB nº 120/21;
- vi. Pronunciamento Técnico CPC 24 – Evento Subsequente – homologado pela Resolução BCB nº 02/20;
- vii. Pronunciamento Técnico CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes homologados pela Resolução BCB nº 09/20 e Resolução BCB nº 367/24;
- viii. Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) – Benefícios a empregados – homologado pela Resolução BCB nº 59/20;
- ix. Pronunciamento Técnico CPC 46 – Mensuração do Valor Justo – homologado pela Resolução BCB nº 120/21;
- x. Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de contrato com cliente – homologado parcialmente pela Resolução BCB nº 120/21;
- xi. Pronunciamento Técnico CPC 48 – Instrumentos.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis são as seguintes:

3.1 Administradora

a) Resultado das operações

A receita por taxa de administração de grupos iniciados até 31 de dezembro de 2023 é reconhecida na apuração do resultado dentro do mês de competência, com exceção dos adiantamentos que são reconhecidos dentro do mês de recebimento. Para grupos iniciados após 1º de janeiro de 2024, a receita por taxa de administração passou a ser reconhecida linearmente com base na expectativa de recebimento futuro de taxa de administração e no prazo total do grupo.

A partir de 1º de janeiro de 2022, as despesas de comissões pela venda das cotas de consórcio passaram a ser apropriadas ao resultado conforme o período de vigência do grupo, sendo os montantes a diferir reconhecidos no ativo, na rubrica de despesas antecipadas.

As demais receitas e despesas são contabilizadas de acordo com o regime de competência.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, de acordo com a Resolução BCB nº 02/20 e CPC 03 (R2), são representados por dinheiro em caixa e depósitos em instituições financeiras, incluídos na rubrica de disponibilidades, e aplicações financeiras com prazo total de até 90 dias da data de aquisição, que possuem conversibilidade imediata em caixa e estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de seu valor justo. Dentre os recursos disponíveis com essas características são classificados como equivalentes de caixa somente aqueles recursos mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. A moeda funcional adotada para a elaboração das demonstrações financeiras é o real (R\$).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025

(Em milhares de reais)

c) Instrumentos Financeiros

i. Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários estão contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, sendo as aplicações em fundos de investimento atualizadas com base no valor da cota divulgado por seus respectivos administradores e aplicações em CDB contratadas com o Banco GM S.A. (controladora) atualizadas com base nas taxas acordadas. Os títulos e valores mobiliários são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido, quando aplicável, dos custos de transação diretamente atribuíveis à sua aquisição e, subsequentemente, mensurados de acordo com a categoria de classificação definida pela Administração, conforme o modelo de negócios e as características dos fluxos de caixa contratuais, em observância à Resolução BCB nº 4.966/21.

d) Ativos circulante e não circulante

Os ativos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores de aquisição, incluindo-se, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias “*pro rata temporis*”, auferidos e ajustados ao valor justo ou de realização, quando este for aplicável. A provisão para outros créditos deve ser constituída considerando o valor de realização de tais créditos, em virtude das garantias oferecidas e da experiência da Administração. Os demais ativos são apresentados ao valor de realização.

e) Redução ao valor recuperável dos ativos

É reconhecida uma perda por “*impairment*” se o valor de contabilização de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos. Na avaliação da Administração, não houve indícios de perda por “*impairment*” no semestre findo em 30 de junho de 2026.

f) Passivos circulante e não circulante

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias “*pro rata temporis*”.

g) Provisões, ativos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos contingentes e obrigações legais estão sendo efetuados para o semestre findo em 30 de junho de 2026, de acordo com os critérios definidos na Resolução BCB nº 09/20 que aprova o Pronunciamento Técnico nº 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

- Ativos contingentes - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.

- Provisões para riscos - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

- Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não requerem provisão e divulgação.

- Obrigações legais, fiscais e previdenciárias referem-se a demandas judiciais, nas quais estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações financeiras e atualizados de acordo com a legislação fiscal.

- Os depósitos judiciais são mantidos em conta de ativo, sem serem deduzidos das provisões para passivos contingentes, em atendimento às normas do BACEN.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025

(Em milhares de reais)

h) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15% sobre o lucro real, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro real excedente a R\$240 ao ano (R\$120 ao semestre), a provisão para contribuição social - CSLL é constituída à alíquota de 9% sobre o lucro real. São também constituídos créditos tributários sobre diferenças fiscais temporárias, prejuízo fiscal e base negativa.

i) Partes relacionadas

A divulgação de informações sobre as partes relacionadas é efetuada em consonância à Resolução BCB nº 02/20, que determinou a adoção do Pronunciamento Técnico – CPC 05 (R1), do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, referente à divulgação de informações sobre as partes relacionadas

j) Resultado não recorrente

De acordo com os critérios estabelecidos na Resolução BCB nº 02/20, resultado não recorrente é aquele sem relação às atividades típicas da instituição ou que ocorra incidentalmente ou sem previsão de frequência de ocorrência. A instituição deve evidenciar em nota explicativa a natureza e origem ao resultado não recorrente.

A Administradora avalia a ocorrência de eventos não recorrentes em todas as rubricas de resultado. Quando existentes, tais eventos são divulgados nas respectivas notas explicativas. No período, somente a nota explicativa 14 apresenta eventos classificados como não recorrentes, não tendo sido identificados eventos dessa natureza nas demais rubricas de resultado.

k) Receitas e despesas decorrentes de contratos com clientes

A Resolução BCB nº 120/21 introduziu a partir de 1º de janeiro de 2022 no âmbito das administradoras de consórcio a aplicabilidade do CPC 47 – Receita de Contrato com o Cliente, o qual estabelece que a entidade deve reconhecer a receita quando houver a transferência de bens e serviços contratados.

As despesas de comissão são consideradas custo incremental para a obtenção do contrato, sendo amortizadas ao longo do prazo contratual, à medida que os serviços são prestados ao cliente.

l) Valores não procurados

Com a vigência a partir de janeiro de 2022 da Resolução BCB nº 156/21 e Instruções Normativas BCB nº 270/22 e 275/22, os valores dos grupos encerrados e que ainda não foram procurados e os correspondentes recursos aplicados deverão ser escriturados em contas de compensação, com exceção dos valores de recursos não procurados constituídos antes da Lei nº 11.795/08, que deverão constar nas contas patrimoniais. As atualizações monetárias do passivo e as rentabilidades de títulos e valores mobiliários para garantia do passivo serão reconhecidos proporcionalmente, conforme demonstradas nas notas 5 e 8.

3.2 Grupos de Consórcio

a) Aplicações Financeiras

Referem-se a aplicações financeiras em fundos de investimento efetuadas em nome dos grupos de consórcio, as quais incluem aplicações vinculadas a contemplações. Os rendimentos auferidos das aplicações são incorporados diariamente nos saldos de aplicações financeiras de cada grupo, não incidindo taxa de administração sobre estes.

b) Direitos dos consorciados contemplados

Representam os valores a receber a título de fundo comum e do fundo de reserva dos consorciados já contemplados, atualizados de acordo com os preços dos respectivos bens nas datas dos balanços.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025

(Em milhares de reais)

c) Previsão mensal de recursos a receber de consorciados

Representa o valor das contribuições a receber dos consorciados ativos no mês subsequente ao balanço, a título de fundo comum e de reserva.

d) Contribuições devidas ao grupo

Representa a previsão de recebimento dos fundos comum e de reserva até o término do grupo, calculada de acordo com os preços dos respectivos bens nas datas dos balanços.

e) Valor dos bens a contemplar

Representa o saldo dos bens a contemplar em assembleias futuras, calculado de acordo com os preços dos bens nas datas dos balanços.

f) Obrigações com consorciados

Representam, principalmente, contribuição ao fundo comum efetuada por consorciados não contemplados para aquisição de bens, as quais são atualizadas pela valorização do bem, e contribuições recebidas de consorciados dos grupos para formação do fundo comum, as quais são atualizadas de acordo com os rendimentos auferidos nas aplicações financeiras dos grupos.

g) Valores a repassar

Representam valores a repassar referentes aos pagamentos de taxa de administração, prêmios de seguros, multas e juros moratórios e outros.

h) Obrigações por contemplações a entregar

Representam créditos a repassar aos consorciados, pelas contemplações nas assembleias, acrescidos das respectivas remunerações das aplicações financeiras.

i) Recursos a devolver a consorciados

Estão representados principalmente pelos valores a serem ressarcidos aos consorciados ativos pelos excessos de amortização, por ocasião do rateio para encerramento do grupo, e aos consorciados desistentes ou excluídos, pelo valor relativo às respectivas contribuições ao fundo comum e de reserva, deduzidos das multas, quando aplicável.

j) Recursos do grupo

São representados principalmente por valores recebidos a título de fundo de reserva, rendimentos de atualização financeira, multa e juros de mora recebidos e atualização dos valores a receber de consorciados contemplados e das obrigações com consorciados não contemplados, cujo saldo líquido é rateado aos consorciados ativos quando do encerramento do grupo.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025

(Em milhares de reais)

k) Informações complementares sobre os grupos em andamento

O valor da contribuição mensal a receber dos participantes dos grupos para aquisição de bens é determinado com base no valor do bem e no percentual de pagamento estabelecido para cada contribuição, de acordo com o prazo de duração dos grupos, acrescido da taxa de administração, fundo de reserva e prêmios de seguro.

A seguir, alguns dados adicionais dos grupos de consórcio:

	Jun/2026	Jun/2025
Quantidade de grupos ativos	243	252
Cotas ativas contempladas	57.964	51.653
Cotas ativas não contempladas	62.929	61.425
Total de cotas ativas	120.893	113.078
Cotas ativas em dia	120.893	113.078
Cotas ativas inadimplentes	15.499	14.228
Cotas ativas contempladas inadimplentes	5.037	4.179
Cotas ativas não contempladas inadimplentes	10.462	10.049
Total de cotas ativas	136.392	127.306
% de inadimplentes	11,36%	11,18%
Cotas ativas quitadas	17.125	12.594
Quantidade de bens pendentes de entrega	6.682	5.178
Quantidade de cotas inativas excluídas	302.213	284.353
Quantidade de bens entregues	7.824	7.533

4. DISPONIBILIDADES

Disponibilidades incluídas na demonstração dos fluxos de caixa compreendem:

	Jun/2026	Dez/2025
Disponibilidades em Moeda Nacional	69	84
Total	69	84

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025

(Em milhares de reais)

5. INSTRUMENTOS FINANCEIROS – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

A conta de títulos e valores mobiliários possui a seguinte composição:

	Administradora		Grupos	
	Jun/2026	Dez/2025	Jun/2026	Dez/2025
Certificados de Depósitos Bancários				
Banco GM S.A. - CDB Prefixado (i) (nota 17d)	614.315	610.245	-	-
Cotas de Fundos de Investimento				
Fundo de Investimento em DI (ii)	1	2.422	781.813	734.982
Total	614.316	612.667	781.813	734.982

(i) São representados por Certificados de Depósitos Bancários, classificados como ativos financeiros avaliados ao custo amortizado e, com vencimentos até junho de 2028, sujeitos a atualizações financeiras pré-fixados, variáveis entre 11.22% (aplicação pactuada em julho de 2024) e 15.95% (aplicação pactuada em dezembro de 2024). O resultado de Certificados de Depósitos Bancários do semestre foi de R\$ 36.565 (R\$ 29.329 em 30 de junho de 2025).

(ii) São representados por aplicações em Fundo de Investimento DI não exclusivo, classificados como ativos financeiros avaliados ao valor justo por meio do resultado, pela Administradora.

Abertura por vencimento dos títulos e valores mobiliários em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025:

	Jun/2026				Dez/2025			
	Sem vencimento	Até 12 meses	De 1 a 4 anos	Total	Sem vencimento	Até 12 meses	De 1 a 4 anos	Total
Administradora								
Certificados de Depósitos Bancários	-	254.903	359.412	614.315	-	333.125	277.120	610.245
Fundo Santander Ref. DI Exclusive	1	-	-	1	2.422	-	-	2.422
Total	1	254.903	359.412	614.316	2.422	333.125	277.120	612.667
Grupos								
Fundo Santander Ref. DI Exclusive	781.813	-	-	781.813	734.982	-	-	734.982
Total	781.813	-	-	781.813	734.982	-	-	734.982

6. OUTROS ATIVOS E ATIVO FISCAL DIFERIDO

A rubrica de Outros Ativos possui a seguinte composição:

	Jun/2026	Dez/2025
Comissões Diferidas	586.366	510.977
Impostos a Recuperar (Nota 6a)	220.028	39.997
Créditos Tributários - IR e CS (notas 7c/7e)	33.214	29.620
Depósitos Judiciais	7.872	7.039
Outros Créditos	-	366
Total	847.480	587.999
Ativo Circulante	542.477	347.327
Ativo Não Circulante	305.003	240.672
Total	847.480	587.999

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025

(Em milhares de reais)

a) Impostos a Recuperar

Refere-se a créditos de PIS e COFINS sobre insumos relacionados ao pagamento de comissões, a título de prestação de serviços de intermediação na venda de cotas de consórcios, conforme reconhecido na Ação Judicial nº 0024021-39.2009.4.03.6100, com trânsito em julgado em 03 de novembro de 2025. A realização desse crédito está estimada para ocorrer ao longo dos próximos 5 (cinco) anos.

Realização do valor presente dos impostos a compensar ativados de PIS e COFINS em 30 de junho de 2026:

Ano	PIS	COFINS	Valor Contábil	Valor Presente
			Total	Total
2026	5.031	18.112	23.143	20.301
2027	6.763	24.346	31.109	23.917
2028	8.046	28.967	37.013	24.845
2029	9.306	33.500	42.805	25.088
2030	3.068	43.709	46.776	23.956
Total	32.214	148.634	180.847	118.106

7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Cálculo dos encargos com imposto de renda - IRPJ e contribuição social - CSLL incidentes sobre as operações dos semestres:

	Jun/2026		Jun/2025	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Resultado Antes da Tributação	248.123	248.123	69.246	69.246
Alíquota Utilizada para Cálculo	25%	9%	25%	9%
Despesa de Acordo com Alíquotas	(62.031)	(22.331)	(17.312)	(6.232)
Total de IR e CS sobre despesas permanentes	(62.031)	(22.331)	(17.312)	(6.232)
Outras Adições/Exclusões Permanentes	23.188	8.348	(32)	(12)
Adicional de Imposto de Renda	12	-	12	-
Despesas de IR e CS no período	(38.831)	(13.983)	(17.332)	(6.244)
Total de Imposto de Renda e Contribuição Social	(52.814)		(23.576)	

b) Composição dos créditos/despesas de imposto de renda e contribuição social diferidos e correntes aos semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025:

	Jun/2026		Jun/2025	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
IR e CS Correntes Devidos	(41.435)	(14.921)	(19.067)	(6.871)
Provisão Para Cíveis e Trabalhistas	491	177	1.325	477
Provisão Para Riscos Fiscais	27	10	(36)	(13)
Provisões Para Comissões	2.124	765	489	176
Correção de Depósitos Judiciais	(38)	(14)	(43)	(13)
Total	(38.831)	(13.983)	(17.332)	(6.244)
Total de IR e CS	(52.814)		(23.576)	

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025

(Em milhares de reais)

c) Origem dos ativos fiscais diferidos:

	Jun/2026		Jun/2025	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Prejuízo e Base Fiscal Negativa	-	-	-	-
Adições Temporárias:				
Provisão Para Riscos Fiscais	1.030	371	1.736	625
Provisão Para Cíveis e Trabalhistas	4.528	1.630	3.745	1.348
Provisão Para Comissões	18.864	6.791	15.740	5.667
Total	33.214		28.861	

d) Realização do valor presente dos ativos fiscais diferidos ativados de imposto de renda e contribuição social em 30 de junho de 2026:

Ano	IR		CS		Valor Contábil	Valor Presente
	Adições Temporárias	Prejuízo Fiscal	Adições Temporárias	Prejuízo Fiscal	Total	Total
2026	9.641	-	3.471	-	13.112	11.501
2027	10.285	-	3.703	-	13.988	10.753
2028	1.844	-	664	-	2.508	1.684
2029	741	-	266	-	1.007	590
2030	1.911	-	688	-	2.599	1.331
Total	24.422	-	8.792	-	33.214	25.859

O valor presente, calculado com base na taxa SELIC, é de R\$ 25.859 em 30 de junho de 2026.

Os ativos fiscais diferidos são reconhecidos considerando a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, com base em estudo técnico elaborado semestralmente que considera as expectativas da Administração quanto à realização dos referidos créditos, as projeções orçamentárias da Administradora e os indicadores econômico-financeiros.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025

(Em milhares de reais)

e) Movimentação dos ativos fiscais diferidos e das obrigações fiscais diferidas:

	Dez/2025	Constituição (Realização)	Jun/2026
Provisão Para Riscos Fiscais	1.362	39	1.401
Provisão Para Cíveis e Trabalhistas	5.493	664	6.157
Provisão Para Comissões	22.765	2.891	25.656
Total de Créditos Sobre Diferenças Temporárias	29.620	3.594	33.214
Créditos de Prejuízo Fiscal	-	-	-
Crédito de Base Negativa de Contribuição Social	-	-	-
Total de Créditos Tributários Sobre Prejuízo Fiscal e Base Negativa	-	-	-
Total de Ativos Fiscais Diferidos (nota 6)	29.620	3.594	33.214
Obrigações Fiscais Diferidas:			
IR e CS Sobre Atualizações de Depósitos Judiciais	(1.099)	(52)	(1.151)
Total de Obrigações Fiscais Diferidas (nota 9)	(1.099)	(52)	(1.151)
Saldo Líquido	28.521	3.542	32.063

	Dez/2024	Constituição (Realização)	Jun/2025
Provisão Para Riscos Fiscais	2.409	(48)	2.361
Provisão Para Cíveis e Trabalhistas	3.293	1.800	5.093
Provisão Para Comissões	20.741	666	21.407
Total de Créditos Sobre Diferenças Temporárias	26.443	2.418	28.861
Total de Ativos Fiscais Diferidos (nota 6)	26.443	2.418	28.861
Obrigações Fiscais Diferidas:			
IR e CS Sobre Atualizações de Depósitos Judiciais	(998)	(59)	(1.057)
Total de Obrigações Fiscais Diferidas (nota 9)	(998)	(59)	(1.057)
Saldo Líquido	25.445	2.359	27.804

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025
(Em milhares de reais)

8. OUTRAS OBRIGAÇÕES DIVERSAS

Composição de outras obrigações diversas:

	Jun/2026	Dez/2025
Rendas a apropriar de Taxa de administração (i)	226.924	168.403
Provisão para Comissões	80.989	72.490
Outras Obrigações	6.268	7.165
Valores a Pagar a Sociedades Ligadas (nota 17d)	5.019	5.055
Obrigações com Grupo de Consórcios/Consorticiados (ii)	1	2.422
Total	319.201	255.535
Passivo Circulante	121.365	106.260
Passivo Não Circulante	197.836	149.275
Total	319.201	255.535

- (i) Referem-se aos valores de taxa de administração dos grupos de consórcio inaugurados a partir de 1º de janeiro de 2024, cujo reconhecimento da receita passou a ser realizado de forma linear pelo prazo do grupo, seguindo o escopo do CPC 47, conforme previsto na Resolução BCB nº 120/21. Em 30 de junho de 2026 era composto por R\$ 452.345 de taxa de administração a receber e R\$ 679.269 em receitas futuras a realizar.
- (ii) Referem-se a recursos não procurados a devolver a consorciados de grupos de consórcio encerrados anteriores a Lei nº 11.795/08, os quais são atualizados pelo rendimento da cota do Fundo de Investimento DI. Os valores posteriores a Lei são controlados em conta de compensação e são atualizados. Os valores posteriores a Lei totalizaram R\$34.570 em 30 de junho de 2026.

9. OBRIGAÇÕES FISCAIS CORRENTES E DIFERIDAS

Composição de obrigações fiscais correntes e diferidas em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025:

	Jun/2026	Dez/2025
Provisão Para Imposto Sobre o Lucro Corrente - IRPJ e CSLL	56.356	56.650
Outros Impostos Indiretos a Pagar	3.195	2.887
Obrigações fiscais diferidas (Nota 7e)	1.151	1.099
Total	60.702	60.636
Passivo Circulante	59.551	59.537
Passivo Não Circulante	1.151	1.099
Total	60.702	60.636

10. PROVISÕES PARA RISCOS CÍVEIS, TRABALHISTAS E OBRIGAÇÕES LEGAIS

a) Composição das provisões de riscos cíveis, trabalhistas e obrigações legais em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025:

	Jun/2026	Dez/2025
Provisões Para Riscos Cíveis	17.748	15.876
Provisões Para Riscos Fiscais	4.364	4.254
Provisões Para Riscos Trabalhistas	362	270
Total	22.474	20.400

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025

(Em milhares de reais)

b) Movimentação das provisões e obrigações legais:

	Cíveis	Fiscais	Trabalhista	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2025	15.876	4.254	270	20.400
Constituições/(Reversões) Líquidas do Período	3.125	110	152	3.387
Indenizações Pagas	(1.253)	-	(60)	(1.313)
Saldo em 30 de junho de 2026	17.748	4.364	362	22.474

	Cíveis	Fiscais	Trabalhista	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024	9.308	7.635	372	17.315
Constituições/(Reversões) Líquidas do Período	9.181	317	222	9.720
Indenizações Pagas	(2.613)	(3.698)	(324)	(6.635)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	15.876	4.254	270	20.400

c) Resumo dos passivos contingentes classificados como possíveis:

	Jun/2026		Dez/2025	
	Quantidade de Processos	Montante	Quantidade de Processos	Montante
Cíveis	87	5.644	104	5.698
Fiscais	10	2.438	12	2.345
Trabalhista	8	3.149	4	2.582
Total	105	11.231	120	10.625

Riscos fiscais

Referem-se basicamente às obrigações legais tributárias relativas a impostos e contribuições decorrentes do questionamento judicial e/ou administrativo, os quais estão integralmente provisionados, como segue:

- PIS - Mandado de Segurança visando à declaração de inconstitucionalidade da Lei nº 9.718/98 que expandiu a base de cálculo da contribuição para o PIS, para permitir o recolhimento nos termos da LC nº 7/70 (PIS-repique), ou, subsidiariamente, da Lei nº 9.715/98 (PIS-Faturamento); e
- IRPJ/CSLL – Decorrente de auto de infração do período de 2019 a 2021, envolvendo dedutibilidade de perdas com indenizações por ações cíveis.

Riscos trabalhistas

São ações movidas por terceiros, prestadores de serviços, pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos. As ações são controladas individualmente e as provisões são constituídas com base no histórico de pagamentos realizados, nas verbas pleiteadas e na fase processual de cada ação.

Riscos cíveis

São ações judiciais de caráter indenizatório ou revisional de cláusulas referentes à relação contratual, em que há probabilidade de desembolso financeiro.

As ações são controladas individualmente e as indenizatórias provisionadas de acordo com a avaliação de êxito/perda pelos assessores jurídicos, levando em consideração a situação de cada processo, bem como o entendimento do Poder Judiciário local em relação ao assunto em discussão.

A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas decorrentes de processos judiciais e dos depósitos judiciais envolvidos.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025

(Em milhares de reais)

11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O capital social é constituído por 313.132.650 cotas sem valor nominal, das quais 313.132.627 são integralizadas por empresa constituída no país e 23 cotas no exterior, expresso no montante de R\$313.132 em 30 de junho de 2026.

b) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

Conforme previsto no contrato social, aos cotistas é assegurado dividendo mínimo anual não inferior a 25% do lucro líquido ajustado na forma da lei. Apesar do fato da Administradora ter auferido lucro líquido de R\$ 195.309 no semestre findo em 30 de junho de 2026 a destinação dos lucros será definida em assembleia geral ordinária, conforme contrato social.

c) Reservas de Lucros

Em atendimento à Resolução BCB nº 234/22 e com o Contrato Social da Administradora, o lucro líquido do período é destinado às reservas de lucros após as deduções legais aplicáveis.

Reserva Legal

A Reserva Legal é constituída mediante a destinação de 5% do lucro líquido do período, antes de qualquer outra destinação, e tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e aumentar a segurança financeira da Administradora. A constituição dessa reserva deixa de ser obrigatória quando seu saldo atingir 20% do capital social realizado ou 30% da soma do capital social com as reservas de capital. Em 30 de junho de 2026, foi constituída Reserva Legal no montante de R\$ 9.765, correspondente a 5% do lucro líquido do semestre. O saldo total da Reserva Legal é de R\$ 22.578 (R\$ 12.813 em 31 de dezembro de 2025).

Outras Reservas de Lucros

As demais reservas de lucros são constituídas de acordo com as disposições contratuais e deliberações societárias aplicáveis, tendo como finalidade principal o fortalecimento da estrutura patrimonial da Administradora, o suporte à expansão de suas operações, a manutenção de capital compatível com os riscos assumidos e a retenção de recursos para investimentos e necessidades futuras do negócio. Em 30 de junho de 2026, foi constituída Outras Reservas de Lucros no montante de R\$ 185.544. O saldo total de Outras Reservas de Lucros é de R\$ 723.778 (R\$ 538.234 em 31 de dezembro de 2025).

Em 30 de junho de 2026, o saldo total das reservas de lucros era de R\$ 746.356, composto por Reserva Legal e demais reservas de lucros constituídas em exercícios anteriores.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025

(Em milhares de reais)

12. RENDAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

As receitas de prestação de serviços referem-se, principalmente, à taxa de administração paga mensalmente pelos consorciados, no montante de:

	Jun/2026	Jun/2025
Taxa de Administração de Grupos Ativos (i)	133.212	125.710
Taxa de Administração de Grupos Encerrados	20.729	15.381
Serviços Acessórios	1.081	821
Total	155.022	141.912

(i) Em atendimento à Resolução BCB nº 120/21, onde foi adotada a prática do CPC 47 para as administradoras de consórcio, o reconhecimento da taxa de administração dos grupos inaugurados a partir de 1º de janeiro de 2024 passou a ser apropriado de acordo com o prazo dos grupos, totalizando R\$ 130.753 no semestre findo em 30 de junho de 2026 (R\$ 46.643 em 30 de junho de 2025).

(ii)

13. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Jun/2026	Jun/2025
Recorrente	(109.178)	(79.423)
Comissões Pagas às Concessionárias (i)	(67.384)	(39.099)
Despesa de rateio com partes relacionadas (ii) (nota 17d)	(29.518)	(26.244)
Outras Despesas Administrativas	(6.708)	(9.060)
Sistemas de Processamento de Dados	(5.550)	(5.016)
Despesas Tributárias	(18)	(4)
Total	(109.178)	(79.423)

(i) Refere-se à despesa diferida de comissões apropriadas no decorrer do prazo do contrato, em consonância à Resolução BCB nº 120/21.

(ii) Refere-se a reembolso de despesa com folha de pagamento e prediais realizada para o Banco GM S.A., informado como partes relacionadas na nota explicativa 17.

14. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	Jun/2026	Jun/2025
Recorrente	190.663	3.717
Recuperação de Despesas (i) (Nota 6a)	187.926	1.057
Receita de Multa e Juros	2.522	2.448
Atualização Monetária de Depósitos Judiciais e Impostos a Compensar	215	212
Total	190.663	3.717

(i) Em 30 de junho de 2026, refere-se a créditos de PIS e COFINS sobre insumos relacionados ao pagamento de comissões.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025

(Em milhares de reais)

15. DESPESAS COM PROVISÕES E OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	Jun/2026	Jun/2025
Recorrente	(3.646)	(7.573)
Provisões Cíveis e Trabalhistas	(3.277)	(6.910)
Outras Despesas Operacionais	(259)	(478)
Atualização Monetária de Contingências Fiscais	(110)	(185)
Total	(3.646)	(7.573)

16. DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Jun/2026	Jun/2025
COFINS	(11.266)	(9.513)
ISS	(7.880)	(7.206)
PIS	(2.157)	(1.997)
Total	(21.303)	(18.716)

17. PARTES RELACIONADAS

a) Remuneração da administração

Na assembleia geral, realizada anualmente no mês de junho são validadas as premissas da remuneração à diretoria, conforme política do grupo GMF. Os diretores estatutários da Administradora são profissionais cedidos por outra entidade do grupo GM Financial Brasil. Os custos de remuneração, encargos e benefícios desses administradores são inicialmente registrados na entidade empregadora e posteriormente rateados entre as empresas do grupo de acordo com critérios definidos internamente. A Administradora reconhece como despesa apenas a parcela dos custos que lhe é atribuída pelos serviços de administração recebidos.

b) Benefícios de curto prazo

	Jun/2026	Jun/2025
Salários e Honorários da Diretoria Executiva		
Remuneração Fixa	440	415
Remuneração Variável	385	376
Total	825	791

c) Rescisão do contrato relacionados à Administração

Os contratos possuem prazo indeterminado. A extinção da relação contratual, no caso de descumprimento de obrigações ou por vontade própria do contratado, não dá direito a qualquer compensação financeira.

d) Transações com partes relacionadas

As operações com partes relacionadas são realizadas no curso normal dos negócios da Administradora, em condições compatíveis com as praticadas no mercado, quanto a taxas de juros, prazos e demais condições contratuais. As principais operações mantidas com partes relacionadas referem-se ao compartilhamento de recursos e serviços corporativos entre empresas da GM Financial Brasil, bem como às aplicações financeiras em títulos e valores mobiliários junto ao Banco GM S.A., classificadas na categoria de custo amortizado. A Administração entende que as operações realizadas com partes relacionadas não envolvem riscos adicionais relevantes quando comparadas às operações realizadas com terceiros.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025
(Em milhares de reais)

Os saldos patrimoniais e de resultado nos semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025 são resumidos como segue:

	Jun/2026		Jun/2025	
	Ativo (Passivo)	Receita (Despesa)	Ativo (Passivo)	Receita (Despesa)
Empresas Controladoras				
Banco GM S.A.:				
Títulos e Valores Mobiliários (nota 5)	614.315	36.565	576.155	29.329
Outras Obrigações Diversas (nota 8 e 13)	(5.019)	(29.518)	(5.261)	(26.244)

No período não houve registro de provisões para perdas associadas a saldos e transações com partes relacionadas.

18. GERENCIAMENTO DE RISCO

- (a) Em consonância com a regulamentação vigente, as práticas adotadas no mercado, e as recomendações do comitê da Basileia, a Instituição, para suportar o adequado gerenciamento de seus riscos, adota as seguintes práticas:
- (i) Departamento de Riscos Corporativos – Departamento específico responsável pela gestão dos riscos de mercado e IRRBB (*Interest Rate Risk in the Banking Book*), liquidez, operacional, social, ambiental, climático, cibernético, estratégico, reputacional e gestão de capital da Chevrolet Serviços Financeiros. Além disso, o departamento também tem a responsabilidade de monitorar e reportar à CRO uma visão consolidada dos riscos, recebendo, analisando e apurando informações a respeito dos riscos de crédito (Atacado e Varejo), de conformidade, legal, e continuidade de negócios, criando uma visão integrada para adequada gestão de riscos e capital pela CRO, com o objetivo de alcançar equilíbrio adequado entre risco e retorno, diminuindo os riscos desnecessários e protegendo os retornos financeiros da empresa. Além disto, a área atua assegurando a adequação e monitoramento dos indicadores estabelecidos na Declaração de Appetite a Riscos (*Risk Appetite Statement – RAS*), suprimindo e reportando à CRO;
 - (ii) Risco de Crédito – Consiste na possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes do não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos acordados em contratos. Visando a sua mitigação e controle, e em conformidade com a Resolução do CMN nº 4.557/17, a Instituição estabeleceu a diretoria de riscos como a responsável pela sua gestão, e as áreas de risco de crédito (Atacado e Varejo), como responsáveis por monitorar os indicadores de crédito para, caso haja necessidade, estabelecer correções imediatas segundo o planejamento, estratégia e o apetite a riscos adotados pela organização;
 - (iii) Risco Operacional – Em conformidade com a Resolução do CMN nº 4.557/17, a Instituição estabeleceu a diretoria de riscos como a responsável pela gestão do risco operacional, e a área de Riscos Corporativos como a responsável por avaliar os processos e controles internos, monitorar os indicadores de risco operacional (KRIs), fomentar discussões sobre os eventos de riscos operacionais ocorridos e/ou potenciais e estabelecer planos de ação, conforme o planejamento e estratégia adotados pela organização;
 - (iv) Risco de Mercado e IRRBB – Em conformidade com a Resolução do CMN nº 4.557/17, a Instituição estabeleceu a diretoria de riscos como a responsável pela gestão do risco de mercado, e a área de Riscos Corporativos, como a responsável por monitorar e avaliar o nível de exposição a risco das carteiras de negociação e bancária, incluindo acompanhamento do IRRBB (*Interest Rate Risk of the Banking Book*), mensurando o impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição financeira. As avaliações são realizadas com o objetivo de manter o risco de mercado da Chevrolet Serviços Financeiros em níveis compatíveis com a sua estrutura, estratégia, e apetite a riscos;
 - (v) Risco de Liquidez – Em conformidade com a Resolução do CMN nº 4.557/17, a Instituição estabeleceu a diretoria de riscos como a responsável pela gestão do risco de liquidez, e a área de Riscos Corporativos como a responsável por realizar o monitoramento e o controle independente de indicadores como o TRF (*Time to Require Funding*), Descasamento de Taxas e Moedas, LCR, Caixa Mínimo e Concentração de *Funding*, conforme os limites estabelecidos adequadamente para financiar suas atividades de forma prudente e eficaz em termos de custos e gerenciamento do risco;

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025

(Em milhares de reais)

- (vi) Gerenciamento de Capital – De acordo com a Resolução do CMN nº 4.557/17, define-se o gerenciamento de capital como o processo contínuo de monitoramento e controle do capital mantido pela instituição, a avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a instituição está sujeita, e o planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da instituição. A política relacionada à Gestão de Capital da Chevrolet Serviços Financeiros estabelece as regras definidas e aprovadas pelo Comitê Executivo e abrange os seguintes pontos: papéis e responsabilidades, métricas da gestão de capital, regras de cálculo do capital, limites operacionais, planos de contingência e monitoramento contínuo. A Chevrolet Serviços Financeiros busca manter o capital em níveis adequados de acordo com sua estratégia, de forma que haja uma margem prudente em relação ao patamar mínimo estabelecido pelo regulador local, sem comprometer os resultados do negócio;
- (vii) Riscos Social, Ambiental e Climático – De acordo com a Resolução CMN nº 4.943/21, o risco social é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas para a instituição ocasionadas por eventos associados à violação de direitos e garantias fundamentais ou a atos lesivos ao interesse comum; o risco ambiental é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas para a instituição ocasionadas por eventos associados à degradação do meio ambiente, incluindo o uso excessivo de recursos naturais; e o risco climático é definido em duas vertentes: o risco climático de transição é a possibilidade de ocorrência de perdas para a instituição ocasionadas por eventos associados ao processo de transição para uma economia de baixo carbono, em que a emissão de gases do efeito estufa é reduzida ou compensada e os mecanismos naturais de captura desses gases são preservados; e o risco climático físico é a possibilidade de ocorrência de perdas para a instituição ocasionadas por eventos associados a intempéries frequentes e severas ou a alterações ambientais de longo prazo, que possam ser relacionadas a mudanças em padrões climáticos. A Chevrolet Serviços Financeiros possui uma Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC), monitorada, atualizada e posta em prática pela área de Riscos Corporativos, visando identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar estes riscos, quando presentes nas suas atividades e operações. Esta estrutura prevê estratégias, limites e procedimentos destinados a manter a exposição aos riscos em conformidade com os níveis fixados na RAS, e também a garantir o devido aproveitamento de oportunidades sociais, ambientais e climáticas identificadas na condução de seus negócios;
- (viii) Risco de Conformidade - O risco de sanções legais ou regulatórias, perdas financeiras ou danos à reputação resultantes da falha em cumprir: (i) leis e regulamentos; (ii) regras, códigos de conduta ou padrões/normas de organizações autorreguladoras às quais a Chevrolet Serviços Financeiros está sujeita ou das quais é membro; e (iii) políticas e procedimentos internos. Buscando o alinhamento entre as melhores práticas no que tange o gerenciamento de riscos ao perfil de negócio, às características da Instituição, e ao ambiente regulatório, a área de *Compliance* da Chevrolet Serviços Financeiros gerencia este risco de conformidade de forma estruturada, apoiada em normas e procedimentos corporativos, além de programas de conformidade, visando primariamente garantir que todas as regras aplicáveis estão sendo atendidas;
- (ix) Risco Legal - O risco legal é associado à incorreta interpretação, aplicação e/ou não cumprimento dos dispositivos legais, regulamentações, acordos e preceitos éticos nas práticas das empresas, bem como à inadequação ou deficiência em seus contratos, podendo ter como consequências, incluindo, mas não se limitando a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais, diminuição do valor dos ativos, contingências maiores do que as esperadas e indenizações por danos a terceiros. A Chevrolet Serviços Financeiros através de seu departamento Jurídico, atua de forma ativa para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar o risco legal inerente ao seu negócio;
- (x) Risco Estratégico - O risco de estratégia é definido como a possibilidade de perda decorrente da utilização de uma estratégia, premissas ou política de negócios inadequadas, ou de falta destas, incluindo a ausência ou execução equivocada de resposta a alterações de mercado e a fatores externos. A Chevrolet Serviços Financeiros possui um processo regular, completo e consistente de planejamento estratégico, visando a projeção, acompanhamento e gestão de todos os indicadores estrategicamente relevantes para o seu negócio, de forma a subsidiar robustamente a tomada de decisão pela gestão;

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025

(Em milhares de reais)

- (xi) Risco Reputacional - O risco reputacional é definido como a ocorrência ou possibilidade de exposição negativa que impacte a percepção daqueles com os quais se relaciona, incluindo clientes, investidores, agências de *rating*, colaboradores e órgãos reguladores, em relação às práticas de negócio, conduta ou condição financeira da Instituição. A gestão do risco reputacional na Chevrolet Serviços Financeiros é realizada a partir de processos contidos em diversas áreas da Instituição, os quais têm como objetivo mitigar a ocorrência de eventos que afetem a reputação, bem como atuar no controle e minimização da disseminação desses impactos;
- (xii) Risco Cibernético - O risco cibernético é definido como o risco de ocorrerem eventos e perdas relacionados a dependências tecnológicas, e à interconexão entre sistemas, processos e instituições, vulneráveis a falhas ou ataques cibernéticos cujos efeitos podem ter proporções sistêmicas. A Chevrolet Serviços Financeiros mantém sólidas práticas de segurança cibernética no ambiente de negócios, contando com estruturas locais e globais dedicadas ao monitoramento contínuo, atualização e execução das melhores práticas, ferramentas e processos, visando mitigar este risco e garantir a gestão segura de informações e a proteção de dados de clientes e fornecedores.
- (xiii) Gestão de Continuidade de Negócios (GCN) - A Avaliação de Riscos na Continuidade dos Negócios é o processo de avaliar ameaças e vulnerabilidades de ativos, estimando potenciais perdas ou danos a eles atrelados, além das respectivas respostas a situações de interrupção ou indisponibilidade prolongada de infraestrutura ou de operação das áreas de negócio da Chevrolet Serviços Financeiros, buscando evitar o estabelecimento de cenários de crise. Assim, fornece uma estrutura para o gerenciamento de riscos em termos de probabilidade e magnitude do impacto da perspectiva de continuidade.
- (xiv) Risco País – De acordo com a Resolução do CMN nº 4.557/17 (alterada pela Resolução do CMN nº 5.089/23), define-se o risco país como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas a eventos relacionados a jurisdição estrangeira, incluindo também: o risco soberano, no caso de exposição assumida perante governo central de jurisdição estrangeira; e o risco país indireto, no caso de evento relacionado a jurisdição estrangeira diversa daquela onde está localizada a contraparte ou o emissor de instrumento mitigador de risco associado a exposição assumida pela instituição, quando a contraparte ou o emissor possam ser significativamente impactados pelo respectivo evento. O Risco País é levado em consideração no Gerenciamento Integrado de Riscos pela Instituição, mas sua exposição atualmente não é considerada relevante.
- (xv) Risco de Transferência – De acordo com a Resolução do CMN nº 4.557/17 (alterada pela Resolução do CMN nº 5.089/23), define-se o risco de transferência como a possibilidade de ocorrência de entraves na conversão cambial dos recursos necessários à liquidação de obrigação perante a instituição, no caso em que esses recursos estejam localizados em jurisdição diversa daquela onde será realizada a respectiva liquidação. O Risco de Transferência é levado em consideração no Gerenciamento Integrado de Riscos pela Instituição, mas sua exposição atualmente não é considerada relevante.

19. OUTROS ASSUNTOS

a) Reforma Tributária

Em 16 de janeiro de 2025, foi promulgada a Lei Complementar nº 214, que regulamenta a Reforma Tributária sobre o consumo e institui o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS), reorganizando o modelo de tributação incidente sobre operações com bens e serviços no território nacional.

As instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional, incluindo Administradora de Consórcios, foram enquadradas no Regime Específico de Serviços Financeiros, regime que estabelece parâmetros próprios de apuração e de incidência dos novos tributos sobre atividades de intermediação financeira e demais serviços regulados. A legislação prevê o direito ao aproveitamento de créditos de IBS e CBS decorrentes de aquisições de bens e serviços.

A Administração da Companhia procedeu à avaliação dos eventos subsequentes ocorridos entre a data de encerramento do semestre findo em 30 de junho de 2026 e a data de autorização para emissão destas demonstrações financeiras, em conformidade com o disposto na NBC TG 24 (R2) - Evento Subsequente.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025

(Em milhares de reais)

Com base nessa avaliação, a Administração concluiu que não houve eventos subsequentes relevantes que pudessem impactar a posição patrimonial e financeira da Companhia ou que demandassem ajustes ou divulgações adicionais nas presentes demonstrações financeiras. A Administração encontra-se em fase avançada de mapeamento e avaliação dos impactos sistêmicos, processuais, operacionais e regulatórios decorrentes da Reforma Tributária, inclusive em relação às novas obrigações acessórias e aos procedimentos de apuração dos tributos. Nesse contexto, também estão sendo analisadas as disposições introduzidas pelos atos regulamentares publicados em abril de 2026, em especial o Decreto nº 12.955/2026, que regulamenta a CBS, a Resolução CGIBS nº 6/2026, que regulamenta o IBS, e a Portaria Conjunta MF/CGIBS nº 7/2026, que formaliza o reconhecimento das disposições comuns aos dois tributos. A Administração segue acompanhando a evolução normativa e os respectivos impactos sobre suas operações, com vistas a assegurar a tempestiva e integral conformidade com o período de transição iniciado em janeiro de 2026 e com a plena implementação do novo modelo tributário nos exercícios subsequentes.

b) Medida Provisória nº 1.355/2026 – Transferência de recursos ao Fundo Garantidor de Operações (FGO)

Em conformidade com a Medida Provisória nº 1.355/26, a Administradora realizou, em 15 de maio de 2026, a transferência de R\$ 52.855 ao Fundo Garantidor de Operações (FGO), valor correspondente aos recursos registrados como “valores a devolver” no Sistema de Valores a Receber (SVR) do Banco Central do Brasil, informados até 31 de dezembro de 2024. Os referidos montantes estavam registrados exclusivamente em contas de compensação, para fins de controle, não integrando os saldos patrimoniais da Administradora. Dessa forma, a transferência não gerou efeitos sobre os ativos, passivos ou resultado do período.

20. EVENTOS SUBSEQUENTES

Até a data de aprovação destas demonstrações financeiras pela Administração, não foram identificados eventos subsequentes que requeressem ajustes ou divulgações adicionais nos termos do CPC 24 – Evento Subsequente.